

---

# Ciclo de Crescimento da Economia Brasileira e Desempenho do Agronegócio Catarinense

*The Brazilian Economy Growth Cycle and Agribusiness Performance in Santa Catarina*

**Carlos José Espíndola<sup>1</sup>**

Recebido em: 24/03/2016 Aceito em: 15/12/2016.

---

**RESUMO:** O período compreendido entre 2003-2011 configura-se na economia brasileira como um ciclo de crescimento impulsionado por fatores internos e externos. Nesse ciclo merece destaque o dinamismo produtivo e comercial do agronegócio brasileiro e catarinense. Assim sendo, o objetivo geral deste texto é desvendar o desempenho do agronegócio catarinense, procurando identificar as múltiplas determinações responsáveis pela dinâmica recente dos agronegócios catarinense no território brasileiro e a sua consolidação no mercado internacional.

**Palavras-Chave:** Ciclo de Crescimento; Agronegócios; Reestruturação técnico-econômica; Santa Catarina

**ABSTRACT:** *The period between 2003 and 2011 represents a growing cycle driven by internal and external factors, in the Brazilian economy. In that period, it is worth highlighting the productive and commercial dynamism of the Brazilian and Catarinense agribusiness. Therefore, the text objective is to reveal the performance of Santa Catarina agribusiness, seeking to identify the multiple determinants responsible for recent dynamics of the Catarinense agribusiness, in the Brazilian territory, and its consolidation in the international market.*

**Keywords:** *Growth Cycle. Agribusiness. Technical-economic restructuring. Santa Catarina.*

---

## INTRODUÇÃO

A economia brasileira, a partir de 2003, apresentou um ciclo expansivo em decorrência dos fatores internos e externos. Internamente, ressalta-se o crescimento do mercado interno, a evolução do crédito e os investimentos públicos e privados, que resultaram em uma onda de inversões centrada na expansão, diversificação e inovação. Externamente, merecem destaque a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, sobretudo no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (BIELSCHOWSKY, 2013)<sup>2</sup>.

Nessa conjuntura, o agronegócio elevou a sua capacidade produtora e exportadora<sup>3</sup>. Assim, o agronegócio brasileiro foi capaz de ampliar, a área plantada de grãos de 43,9

milhões de hectares, em 2002/2003, para 57,7 milhões de hectares, em 2013. Já a produção de grãos cresceu de 122 milhões de toneladas para 188,2 milhões, no mesmo período. Somente a produção de soja obteve um crescimento percentual de 62% entre a safra 2002/2003 e a safra 2012/2013, pulando da casa das 52 milhões de toneladas para 84 milhões nesses dez anos. Em 2014, a produção total de soja no Brasil, alcançou a casa dos 86,3 milhões de toneladas. A elevada produção de grãos de soja foi acompanhada pelo crescimento da produção de carnes suína e de frango. No agronegócio de carne suína, a produção passou de 2,8 milhões de toneladas, em 2002, para 3,4 milhões de toneladas em 2014, e a produção de frango passou de 7,0 milhões de toneladas para 12,75 milhões de toneladas, no mesmo período (USDA, 2015).

Em Santa Catarina, processo semelhante ocorreu, com o crescimento da produção dos principais produtos do agronegócio. A produção de soja cresceu de 738 mil toneladas, em 2002, para 1,9 milhão de toneladas, em 2014/2015. A produção de carne suína cresceu de 586 mil toneladas, em 2004, para 790 mil toneladas, em 2013. No agronegócio de carne de frango, a produção cresceu de 1,4 milhão de toneladas, em 2003, para 1,7 milhão de toneladas, em 2013 (ABPA, 2014). A expansão da produção se fez presente também em outros agronegócios. Enquanto a produção de maçã cresceu de 474 mil toneladas, em 2002, para 629 mil toneladas, em 2014, a produção de arroz cresceu de 892 mil toneladas para 1,08 milhão de toneladas. O crescimento aconteceu ainda na produção de cebola, fumo, banana e leite (ICEPA, 1986; CONAB, 2015).

Em 2014, o agronegócio alcançou a cifra de US\$ 96,7 bilhões e um saldo na balança comercial de US\$ 80,1 bilhões (BRASIL, 2015a). Entre 2000 e 2014, enquanto as exportações de carne suína cresceram de 162 mil toneladas, em 2000, para 556 mil, em 2014, as exportações de carne bovina cresceram de 356 mil toneladas para 1,5 milhão, contra um aumento de 916 mil para 3,9 milhões de toneladas de carne de frango. Já as exportações de soja cresceram de 28 milhões de toneladas, em 2001, para 48 milhões, em 2014 (USDA, 2015).

Em Santa Catarina, as exportações totais de janeiro a dezembro de 2015, alcançaram o valor acumulado de US\$ 7,6 bilhões, o que corresponde a 4,0% das exportações brasileiras. Desse total, o setor do agronegócio é responsável por 61,53% das exportações totais, perfazendo 4,38 milhões de toneladas de produtos, o que representou um faturamento de US\$ 4,7 bilhões. Merecem destaque as exportações de carne de frango que obtiveram um faturamento de US\$ 1,4 bilhão, a soja com US\$ 582 milhões, seguido do agronegócio do fumo, com US\$ 540 milhões, contra US\$ 412 milhões do agronegócio de carne suína (FIESC, 2015).

O desempenho do agronegócio brasileiro e, por conseguinte do catarinense, está associado à demanda internacional (China) e à elevação dos preços internacionais das *commodities* brutas e processadas (APEX, 2012; AEB, 2012). Sem negar por completo essas

premissas, procurar-se-á, neste texto, identificar as múltiplas determinações responsáveis pela dinâmica recente dos agronegócios catarinenses no território brasileiro e a sua consolidação no mercado internacional<sup>4</sup>.

Para a elaboração deste artigo, optou-se pelo método exploratório-analítico. A abordagem exploratória adota a busca de informações a respeito de certo assunto e envolve o levantamento bibliográfico e documental (GIL, 1994). Foram feitas análises de diferentes artigos, livros e teses, entre outros textos, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Operacionalmente, trabalhou-se com as fontes primárias e secundárias de modo contextualizado. Buscaram-se, ainda, informações em relatórios do Ministério da Agricultura Pecuária e Pesca (MAPA), informações do AGROSTAT, levantamentos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA), estudos setoriais do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), relatórios da Organização Mundial do Comércio e dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), entre outras fontes.

### **Da Colonização aos Agronegócios**

A ocupação do território catarinense, a partir do século XVII, por paulistas; século XVIII, por açorianos; e século XIX e XX, por imigrantes alemães, italianos, polacos, entre outros, resultou na constituição de duas grandes estruturas agrárias. Uma caracterizada pela presença de grandes estâncias de gado (Planalto) e, a outra, localizada na fachada atlântica e oeste do estado, assentada no estabelecimento de milhares de pequenos agricultores, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 1966). Assim, enquanto nas áreas de campo desenvolveu-se a atividade da pecuária extensiva, nas áreas de mata, assentada em pequenas propriedades, desenvolveu-se uma produção mercantil diversificada de produtos agropecuários.

Nas áreas de pequenas propriedades, o desenvolvimento agrário se fez em diferentes estágios. O primeiro, por meio do sistema de rotação de terras; o segundo, caracterizado pela utilização do arado, a introdução de novas culturas e a implantação de moinhos; e o terceiro, assentado na rotação de culturas, no uso combinado da lavoura e da pecuária, no beneficiamento de seus produtos e na introdução e comercialização de novas atividades, conforme demonstrou Waibel (1979). Precocemente essa estrutura passou a atender tanto ao mercado interno como ao externo<sup>5</sup>. Entre 1931-1935, as exportações de alfafa cresceram de 6,9 milhões de quilos para 11,4 milhões, enquanto as exportações de milho cresceram de 2,5 milhões para 2,7 milhões (BOSSLE, 1985)<sup>6</sup>. Outros produtos igualmente mostraram desempenhos favoráveis. Em 1937, enquanto as exportações de suínos para outros estados foram de 24.295 cabeças, as exportações de banha foram de 8.723 toneladas<sup>7</sup>.

A partir de 1950, essa estrutura assentada na pequena produção mercantil começa a passar por profundas transformações de ordem técnica e econômica. A primeira transformação decorre do papel desempenhado pela extensão rural que visava levar ao agricultor novas técnicas de produção e organização da propriedade, objetivando o aumento da produção e da produtividade. Esse processo amplia-se nos anos de 1960, com os financiamentos para compra de insumos, máquinas e para formação de cooperativas. A segunda transformação deriva da implantação, por parte da empresa Sadia, de um projeto de conquista de pequenos produtores capazes de desenvolver a criação de suínos<sup>8</sup>. A terceira decorre da introdução da avicultura no oeste de Santa Catarina, por parte do Grupo Sadia. A quarta transformação é impulsionada pelo surgimento dos bancos estaduais e regionais de fomento (BDE e o BRDE), bem como pela política tecnológica e creditícia do governo federal<sup>9</sup>. A quinta refere-se à introdução de novas culturas, como por exemplo, a soja e a maçã. A sexta diz respeito à estrutura fundiária, que manteve a predominância de estabelecimentos concentrados nos estratos de menor tamanho. Contudo, chama a atenção o fato de que os estabelecimentos na classe de área com menos de 10 ha cresceram 89% entre 1960-1985, enquanto os de 10 ha a (-) 20 ha cresceram 59%. Esse crescimento foi verificado em todos os estratos de área com redução em 9% na classe de 50 ha a (-) 100 ha. Entre 1960 e 1980, o regime de posse da terra mostrava uma tendência à concentração, pelo fracionamento das propriedades situadas nas áreas entre 20 ha e 100 ha, e a concentração nas de maior tamanho (acima de 500 ha) via incorporação de novas terras (FACHINELLO; SANTOS Filho, 2010).

Quanto à condição do produtor, sétima transformação, pode-se afirmar que, entre 1960-1980, houve redução do número de proprietários por estabelecimento e aumento do número de arrendatários, parceiros e ocupantes. O número de proprietários por estabelecimento decaiu de 82,6% para 77,8%, enquanto o de arrendatário cresceu de 5,2% para 6,4%, contra um crescimento de 6,8% para 9,1% dos ocupantes<sup>10</sup>.

Em termos gerais, o processo de modernização da agricultura catarinense, apoiado pelas políticas de crédito subsidiado, política tecnológica e política fundiária, foi fundamental para criar um novo uso de tempo, um novo uso da terra e forjar o surgimento de diferentes agronegócios que não mediram esforços na elevação da produção agropecuária, no aumento dos ganhos de escala, na diversificação das atividades produtivas, etc. Com isso, emergiu uma geração de produtores que passaram a se orientar pela incorporação de sementes melhoradas geneticamente, melhoria das pastagens, no manejo zootécnico, nos confinamentos, na introdução de novos processos e produtos, etc. Isto é, na incorporação do progresso técnico, tanto a jusante quanto a montante do setor agropecuário.

Apesar da crise do início dos anos de 1980 da economia brasileira, juntamente com as medidas ditadas pelo FMI, visando ao saneamento das contas externas, à redução da

inflação e à diminuição do déficit público, a agricultura catarinense não sofreu bruscamente a crise econômica. Se a safra catarinense de grãos subiu pouco mais de 28%, entre 1980-1989, houve, em contrapartida, o aumento da produção de outras culturas, bem como o abate de animais (ICEPA, 1990)<sup>11</sup>. Contudo, na década de 1990, a abertura comercial, que eliminou a proteção aos setores do agronegócio, a sobrevalorização cambial, a redução de tarifas de importação de produtos agrícolas (MEDEIROS, 2009), a desnacionalização de diferentes segmentos do agronegócio e o fim do sistema de crédito agropecuário a partir de 1990 (LEITE, 1999), forçou um intenso processo de reestruturação técnico-econômica nos agronegócios catarinenses (ESPÍNDOLA, 2002).

Dentre as principais reestruturações, ressalta-se o aumento das fusões e aquisições, a desnacionalização de diferentes segmentos, as terceirizações, a incorporação de novas tecnologias, a redução do ciclo completo na suinocultura, a maior especialização produtiva, o abandono e redirecionamento para novas atividades produtivas, a concentração da produção, uma maior integração vertical e horizontal nas cadeias produtivas, a redução do número de produtores menos capitalizados e com menor produtividade, em contraposição à ampliação da importância dos produtores com melhor nível técnico, e ampliação da capacidade produtiva. Mesmo com a intensa especialização produtiva, a diversificação constitui-se uma opção para geração de renda<sup>12</sup>. O processo de reestruturação contou ainda com o apoio de novos mecanismos de financiamento e de crédito aos agronegócios, induzindo-os à lógica da financeirização. Dentre os instrumentos de financiamento, destacam-se: o Certificado de Mercadoria com Emissão de Garantia (CMG), a Cédula do Produto Rural (CPR), o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Comércio Agrícola (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). São esses instrumentos que possibilitaram aos agronegócios integrarem-se ao mercado de capitais no acesso ao crédito e ao moderno sistema financeiro nacional/mundial (GONÇALVES, 2005)<sup>13</sup>.

A combinação do processo de reestruturação técnico-econômica e os novos mecanismos de financiamento possibilitaram que, no período entre 1985 e 1999, a agricultura catarinense crescesse a uma taxa superior da agricultura do Sul do Brasil e a brasileira. Assim, enquanto a agricultura catarinense cresceu 83%, a do sul do Brasil cresceu 67% e a brasileira 54%. Isso possibilitou um aumento de participação da agropecuária catarinense no conjunto da agropecuária brasileira, pois, se, em 1985, a agropecuária catarinense representava 5,2% da brasileira, em 1999, esse percentual alcançou 6,4%<sup>14</sup>.

Em termos gerais, pode-se afirmar que desde a sua gênese os negócios oriundos da agropecuária catarinense passaram por diferentes transformações econômicas e sociais, possibilitando a sua participação efetiva na estrutura produtiva catarinense. Contudo, qual o

comportamento dos agronegócios catarinenses diante do ciclo expansivo da economia brasileira pós-2003?

### **Ciclo Expansivo e a Evolução Recente da Produção do Agronegócio Catarinense**

A economia brasileira nos quatro primeiros anos da década de 2000 apresentou uma variação anual do PIB de 2,3%<sup>15</sup>. Em contrapartida, a variação anual do PIB do agronegócio alcançou 4,2% no período de 2000-2003 (CEPEA, 2015). A agropecuária brasileira, entre 1998-2002, cresceu, em média, 4,6% ao ano.

O período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foi marcado pela retomada do crescimento econômico. A taxa média de expansão do PIB foi da ordem de 4,2% a. a. Apesar dos impactos negativos da crise financeira de 2009, que reduziu o PIB para uma variação de 0,33% a.a, o governo continuou impulsionando o crescimento econômico. Em 2010, o PIB apresentava uma taxa de crescimento de 7,53% a. a. Entre 2003-2011, o PIB da economia brasileira cresceu em média 3,9%. Dentre as políticas públicas implementadas, destacam-se: a valorização do salário mínimo, que proporcionou ganhos reais de renda entre 2002-2011; as transferências de rendas; estímulo ao crédito, aumento dos investimentos privados e estatais (principalmente em infraestruturas, construções residenciais, energia), entre outras. Externamente, merecem destaque a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, principalmente no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais. No entendimento de Bielschowsky (2013), os investimentos no Brasil cresceram 4,8% a. a. em três frentes: infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa. Tais investimentos permitiram uma nova onda de investimentos centrada na expansão, diversificação e inovação. Merece destaque os programas do governo, como “Minha Casa, Minha Vida”, “Bolsa Família”, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Plurianual (BARBOSA, 2013)

Em termos de medidas, no tocante à política comercial externa, Baumann (2006) explica que o governo federal, a partir de 2004, adotou várias medidas. Dentre elas: (1) as iniciativas para prover competitividade e reduzir os estrangulamentos de infraestrutura (programa Modermaq, ampliação da estrutura portuária, etc.); (2) a realização de diversas missões comerciais ao exterior; (3) a simplificação de procedimentos e legislação para promoção comercial; (4) os ajustes dos programas de financiamento de exportações; (5) a maior participação do BNDES/Exim no financiamento de máquinas e equipamentos; (6) a redução do custo da linha pré-embarque do BNDES/Exim; (7) a unificação do mercado de câmbio via Banco Central; (8) a isenção de PIS e COFINS para empresas que importavam bens de capital e insumos; e (9) a isenção de PIS/Pasep para as empresas que exportavam mais de 80% de sua produção de software<sup>16</sup>.

Nessa conjuntura, os agronegócios catarinenses apresentaram desempenhos diferenciados. Enquanto, entre 2002/03-2010/11, a soja apresentou um crescimento de 1,7 vez da área plantada, uma produção com crescimento de duas vezes, outros produtos, como arroz, milho, batata, cebola e feijão diminuíram sua produção. Excetuando-se o arroz, os demais produtos, conjuntamente com o alho, tiveram redução da área plantada<sup>17</sup>. A diminuição da área plantada de alho refere-se à combinação de vários fatores<sup>18</sup>. Ressalta-se que produtos, como cebola, banana e arroz, oscilaram anualmente suas produções, ora com crescimento, ora com queda. Chama a atenção ainda o fato de que, enquanto a produção de trigo teve um crescimento de 2,9 vezes e um crescimento da área plantada de 65,8%, a produção de maçã cresceu 1,4 vez em uma área que cresceu apenas 13%. Os dados coletados na Síntese Anual da Agricultura Catarinense (ICEPA, 2009) demonstram que, em 2008, todos os produtos, excetuando-se a maçã e o trigo, tiveram queda da produção. Outros, como o fumo e o milho, tiveram sua produção estabilizada. A redução foi influenciada pela adversidade climática e os problemas de mercado, em razão da crise financeira internacional que afetou os setores exportadores<sup>19</sup>. Já o crescimento da produção de trigo deve-se à elevação dos preços que estimularam os produtores a ampliar a área plantada em 50,5% entre 2007-2008, e a produção de maçã foi influenciada pelas condições climáticas favoráveis (elevação da quantidade de horas de frio).

Em termos gerais, pode-se afirmar que, durante o período de 2003-2011, os agronegócios catarinenses apresentaram resultados favoráveis em termos de produção, área plantada e produtividade. Excetuam-se os produtos que historicamente vêm reduzindo a produção (feijão, por exemplo).

Esse dinamismo foi igualmente acompanhado nos agronegócios de leite, de carne de frango e carne suína. No agronegócio de carne de frango, apesar da redução de Santa Catarina na produção nacional, a produção total entre 2004-2012 cresceu de 7.071 mil toneladas para 9.153 mil toneladas, graças ao crescimento do mercado interno e à manutenção do mercado externo<sup>20</sup>. No agronegócio de carne suína, a produção catarinense cresceu de 1,4 milhões de toneladas, em 2004, para 1,7 milhões de toneladas, em 2012. No agronegócio de leite, os bons preços, o aprimoramento dos sistemas de produção, o aumento do consumo *per capita* de lácteos no Brasil (crescimento de 4,3% a. a. entre 2000-2014) e os investimentos das agroindústrias e cooperativas transformaram Santa Catarina em uma das principais bacias leiteira do país (SOUZA, 2014). Entre 2005-2012, enquanto o volume de leite captado no Brasil cresceu 50,5%, em Santa Catarina, o crescimento foi de 162,8% (ICEPA, 2013).

Em termos gerais, pode-se afirmar que o agronegócio catarinense participou ativamente do ciclo expansivo da economia brasileira entre 2003-2011. Esse dinamismo

manifestou-se não apenas no abastecimento da demanda interna mas também no mercado externo.

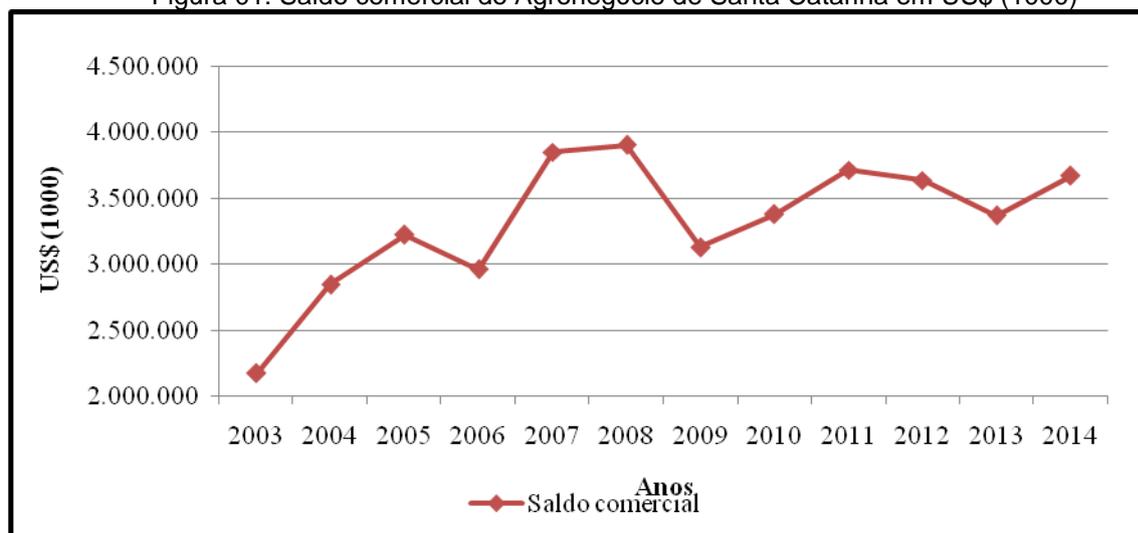
### **Desempenho Exportador dos Agronegócios Catarinenses**

O agronegócio catarinense é responsável por 61,53% das exportações totais do estado, perfazendo 4,38 milhões de toneladas de produtos, o que representou um faturamento de US\$ 4,7 bilhões, em 2015. Entre 2003-2014, enquanto as exportações totais catarinenses cresceram de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 8,9 bilhões, as exportações do agronegócio cresceram de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 5,8 bilhões. A queda mais acentuada das exportações do agronegócio catarinense ocorreu em 2009; uma redução de 17% em termos de valor comparativamente a 2008<sup>21</sup>. Os principais produtos da pauta exportadora do agronegócio catarinense tiveram redução de suas exportações. Enquanto as exportações de carne de frango reduziram-se de US\$ 2,0 bilhões, em 2008, para US\$ 1,7, as exportações de carne suína reduziram de US\$ 430 milhões para US\$ 330. Conforme a síntese anual da agricultura catarinense (ICEPA, 2010), processo semelhante ocorreu no agronegócio de soja, maçã, produtos florestais, entre outros. Essa redução das exportações foi fruto da crise financeira internacional, que diminuiu a demanda por produtos agroalimentares. Apesar do impacto da crise financeira mundial no desempenho exportador do agronegócio catarinense, o saldo da balança comercial manteve-se em torno de US\$ 3,1 bilhões, em 2009, contra um déficit da balança comercial catarinense de aproximadamente US\$ 860 milhões<sup>22</sup>.

Analisando-se os dados de BRASIL (2015b), verifica-se que o saldo da balança comercial do agronegócio catarinense entre 2003-2011, apresenta em média um saldo positivo de US\$ 3,2 bilhões. Contudo, conforme o Gráfico 1, em dois momentos verifica-se a redução dos saldos. Em 2006, dois fatores atuaram de forma preponderante para um crescimento de apenas 6,8%, em relação a 2005, das exportações do agronegócio catarinense. O primeiro foi a diminuição das exportações do agronegócio de carnes suína, de frango e bovina, decorrente das barreiras fito-sanitárias impostas pela Rússia (ICEPA, 2007)<sup>23</sup>. O segundo em virtude do aumento das importações do agronegócio catarinense, que cresceu 44% em relação a 2005. Destaca-se na pauta importação de carnes, pescados, trigo, milho, arroz, entre outros. Em 2009, o fator determinante foi a crise financeira mundial que afetou de sobremaneira as exportações, pois as importações reduziram-se.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, apesar das barreiras fito-sanitárias, crise financeira mundial, valorização cambial<sup>24</sup>, adversidades climáticas, os agronegócios brasileiros e catarinenses apresentaram dinamismo crescente nas exportações entre 2003-2014 (Figura 01). Quais fatores explicam esse dinamismo?

Figura 01: Saldo comercial do Agronegócio de Santa Catarina em US\$ (1000)



Fonte: BRASIL (2015b).

### Considerações sobre os fatores determinantes do dinamismo exportador catarinense

O sucesso do agronegócio brasileiro e, por conseguinte, catarinense, no mercado internacional está associado, conforme literatura (APEX, 2011 e AEB, 2012), à forte valorização dos preços internacionais e ao aumento da demanda da China e dos demais países em desenvolvimento<sup>25</sup>. Porém, enquanto as *commodities* energéticas tiveram seus preços reais acrescidos em 1.000%, ao longo dos últimos sessenta anos, os minerais tiveram aumentos de 100%, contra uma redução dos preços das *commodities* agrícolas em 25% (JANK, 2013). Ainda segundo o autor, a elevação dos preços das *commodities* agrícolas (44% em média), na última década, deve ser vista como um efeito recuperador dos preços.

Quanto ao aumento da demanda, oriunda principalmente dos países em desenvolvimento, não há dúvida de que explicam boa parte dos resultados das exportações brasileiras e catarinense de *commodities*. No caso da demanda chinesa, pode-se afirmar que as exportações brasileiras de soja para a China tiveram um crescimento da ordem de 18,3 vezes, saindo da casa de 1,7 milhão de toneladas, em 2000, para 32,6 milhões, em 2014. Em 2013, dos 59 milhões de toneladas de soja importada pela China, 41% eram provenientes do Brasil e 44% dos EUA. O mercado chinês representa 75% do total da soja exportada pelo Brasil. Contudo, em relação à carne bovina, apenas 5,9% das exportações brasileiras destinam-se a esse mercado. Já as exportações de carne de frango para a China representam apenas 6,3% do total exportado pelo Brasil<sup>26</sup>. Dessa forma, a demanda chinesa quanto à elevação das exportações dos agronegócios de carne precisa ser

relativizada, isso é, somente para o caso da soja pode haver uma associação direta entre aumento das exportações brasileiras e o aumento da demanda chinesa.

Diante do exposto, outros fatores devem ser ressaltados no desempenho exportador dos agronegócios de carnes e grãos do Brasil e de Santa Catarina. Para o agronegócio de carnes (bovina, suína e frango), as explicações podem ser buscadas, em parte, nos investimentos realizados em tecnologia de melhoramento genético, de melhoria das pastagens, da melhoria do manejo, da introdução das técnicas de confinamentos e sanidade, etc., que ampliaram as taxas de desfrute do rebanho brasileiro.

As inovações ocorreram igualmente no que se refere às instalações, pois, na produção de frango, o meio ambiente exerce influência sobre os resultados zootécnicos do animal. Assim, para controlar as condições adversas do clima, a indústria avícola utiliza equipamentos de climatização do aviário, como ventiladores, umidificadores, aquecedores, cortinas isolantes ou sistema de túnel. Tanto na avicultura como na suinocultura, os novos sistemas criatórios (granjas, sistemas de granjas, núcleos especializados), juntamente com as novas tecnologias, possibilitaram um adensamento maior de animais por metro quadrado e, com isso, emergiu a necessidade da introdução de técnicas de biossegurança. Assim sendo, vários frigoríficos brasileiros passaram a adotar práticas pré-abates e abates que minimizam o stress do animal. As inovações ocorreram ainda com a instalação de equipamentos automatizados para as áreas de abate, desossa, processamento, resfriamento, congelamento e embutimento. As inovações em processos vieram acompanhadas de inovações em produtos, havendo a ampliação do seu *mix* (cortes especiais, novos embutidos, cortes temperados, linhas de produtos industrializados, etc.). Alguns desses produtos seguem rigorosamente as especificações dos clientes em cor, tamanho, etc. (ESPÍNDOLA, 2002). No agronegócio da soja, merece destaque o papel desempenhado pela Embrapa que, por intermédio do Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPSo) de Londrina, empenhou-se em desenvolver uma tecnologia específica para produção do grão em regiões de latitude inferiores a 15ºs, e para o aumento da produtividade em áreas tradicionais (CAMPOS, 2010).

Outros fatores explicam ainda o desempenho exportador do agronegócio brasileiro e catarinense, entre 2003-2011. Dentre eles, podem-se destacar: (1) as crises de aftosa e vaca louca na Europa e nos EUA; (2) a redução da oferta mundial de carne de frango por parte da China e dos EUA, em razão do crescimento de sua demanda interna; e (3) a conquista de novos nichos de mercados que ampliaram o *market share* de algumas cadeias (NAKAHODO; JANK 2006); e (4) a grande disponibilidade de terra, água, boas pastagens, condições climáticas e outros fatores naturais que tornam as cadeias produtivas competitivas internacionalmente. Segundo Lazzarini et al. (2013), poucos países têm condições de solo e clima diferenciados para a produção agrícola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se demonstrar, neste texto, que a economia brasileira, a partir de 2003, apresentou um ciclo de crescimento assentado em fatores internos e externos. Internamente, ressaltou-se o crescimento do mercado interno, a evolução do crédito e os investimentos públicos e privados. Externamente, a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, sobretudo no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais também foram fatores preponderantes.

Argumentou-se que nessa conjuntura, tanto o agronegócio brasileiro como o catarinense tiveram resultados espetaculares. Em Santa Catarina, houve aumento da área produzida, da produção e da produtividade das principais culturas do agronegócio. Em contrapartida, a redução da área, da produção e da produtividade estava associada a adversidades climáticas e aos problemas de mercado. A evolução da produção ocorreu ainda na produção do agronegócio de carnes. O desempenho produtor dos agronegócios catarinenses ocorreu ainda no seu dinamismo exportador, que, apesar dos anos de 2006 e 2009, apresentou crescimento no quantum exportado. Chamou-se a atenção, além disso, para o papel importante desempenhado pelo agronegócio catarinense na balança comercial do Estado.

Advogou-se que o desempenho exportador dos agronegócios catarinenses, principalmente, de carnes e soja não é apenas reflexo do aumento das demandas oriundas da China, ou exclusivamente do aumento dos preços das *commodities* internacionais. Outros fatores, como, por exemplo, inovações tecnológicas, capacidade produtiva, ampliação do *mix* de produtos, conquista de novos mercados, modernização agrária e recursos naturais disponíveis igualmente são determinantes.

Na verdade, o intenso processo de modernização da agricultura brasileira e catarinense, apoiado pelas políticas de crédito subsidiado, política tecnológica e fundiária, nos anos pós-1960, forjou o surgimento de diferentes agronegócios, que não mediram esforços no aumento da produtividade. Esse processo criou uma geração de produtores que passaram a se orientar por uma nova racionalidade técnica. São agricultores que não mediram esforços na modernização de suas atividades e caracterizam-se pela lógica ampliada do capital.

## REFERÊNCIAS

ABIA. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos. **Anuário Estatístico**. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://www.abia.org.br/vsn/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

ABPA. **Associação Brasileira de Proteína Animal**. Relatório anual. 2014 Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/http://abpa-br.com.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

**AEB. Associação de Comércio Exterior do Brasil.** Radiografia do comércio exterior brasileiro: **passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro, 2012.

APEX. Agência brasileira de promoção de exportações e investimentos. **Análise Apex-Brasil: conjuntura e estratégias**. 2011. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>>. Acesso: 21 fev. 2016.

AVISITE. Portal da Avicultura na Internet. **Estatísticas**. 2012. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br/>>. Acesso em: 31 fev. 2016.

BARBOSA, N. Dez anos de Política Econômica. In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso, 2013. p. 63-101.

BAUMANN, R. Dilemas e perspectivas das exportações brasileiras. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.) *Economia Brasileira na encruzilhada*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: **Texto para Discussão**. n. 1828, Brasília: IPEA. abr. 2013.

BELIK, W. **Agroindústria Processadora e Política Econômica**. 1992. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BLACK, C. Eventos relacionados ao superciclo de preços das commodities no século XXI. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 40. n. 2, Porto Alegre, 2013.

BOSSLE, O. **A Industrialização de Santa Catarina: um estudo de história econômica regional (1888 – 1945)**. 1985. 158 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro**. 2015a. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 27 dez. 2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Dados estatísticos**. 2015b. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso: 8 mar. 2015.

CAMPOS, M. C. **A Embrapa/Soja em Londrina – PR: a pesquisa agrícola de um país moderno**. 2010. 123 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARCANHOLO, M. D. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. In: Magalhães, J.P. de A.. (Org.). **Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v. 1, p. 109-131.

CASTRO, A. B. **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio**. 2015. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em: 16 mar.2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas de produção de grãos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CONTINI, E. et. al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006, p. 5-28.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. 2002. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. A dinâmica recente do Brasil no mercado mundial de alimentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais...** . Vitória: AGB, 2015. v. 1, p. 1-11. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404306482\\_ARQUIVO\\_ENG2014AdinamicarecentedoBrasilnomercadomundialdealimentos\\_1\\_.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404306482_ARQUIVO_ENG2014AdinamicarecentedoBrasilnomercadomundialdealimentos_1_.pdf)>. Acesso: 20 jun. 2015.

FACHINELLO, A. L.; SANTOS FILHO, J. I. Agricultura e agroindústria catarinense: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário In: MATTEI, L e LINS, H. N. (Org.). **A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**, Chapecó: Argos, 2010, p.159-196.

FEPESSE. Fundação de Pesquisas Sócioeconômicas. Dados estatísticos. 2012. Disponível em: <<http://novosite.fepese.org.br/>>. Acesso: 10 mar, 2016.

FIESC. Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. **Balança Comercial**. 2015. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/central-de-midias/publicacoes>>. Acesso em 15 mar.2016.

GIL A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo, Atlas, 1994.

GONÇALVES, J. S. Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos geram falsos paradigmas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 7, p. 41-44, jul. 2004.

\_\_\_\_\_. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações econômicas**, São Paulo, IEA, v. 35, p. 7-36, abr. 2005.

GONÇALVES, R. **Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil**. 2008. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/crise\\_economica\\_radiografia\\_e\\_solucoes\\_para\\_o\\_brasil\\_29\\_outubro\\_2008.pdf](http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/crise_economica_radiografia_e_solucoes_para_o_brasil_29_outubro_2008.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2016.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007

ICEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 1982. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 1986. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 1990. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso em 10 de mar. 2016

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 2002. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 2003. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 2009. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 2010. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 2012. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense** 2014. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/?page\\_id=3210](http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210)>. Acesso: 10 mar. 2016.

JANK, M. S. **Entendendo a queda de preços das commodities**. 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,entendendo-a-queda-de-preco-das-commodities-imp-,1066204>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

KUPFER, D.; ROCHA, F. Determinantes setoriais do desempenho das empresas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. (Org.). **Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras**. Brasília. IPEA, 2005. p. 253-298.

LAZZARINI, S. G. et al. Commodities no Brasil: maldição ou benção. In: BACHA E; BALLE, M. B. (org.). **O futuro da indústria no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 201-225.

LEITE, S. **Políticas Públicas e agricultura no Brasil**: comentários sobre o cenário recente. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAMIGONIAN, A. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 3, p. 389-480, Rio de Janeiro: IBGE. 1966.

\_\_\_\_\_. A indústria de Santa Catarina: Dinamismo e Estrangulamento In: MAMIGONIAN, A. (Org.). **Santa Catarina: Estudos de geografia econômica e social**, Florianópolis: UFSC, 2011.

MATTEI, L. e LINS, H. N. A Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século In: MATTEI, L. e LINS, H. N. (Org.) **A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p.109-157/

MEDEIROS, M. C. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro**: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007). 2009. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. A falácia da doença holandesa no Brasil. **Documento de pesquisa**. São Paulo: Ícone, 2006.

PRATES, D. M. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, São Paulo: v. 27, n. 3, p. 323-344, jul./set. 2007.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RANGEL, I. de M. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SERIGATI, F. Eram picos históricos? 2013. Disponível em <[www.agroanalysis.com.br](http://www.agroanalysis.com.br)>. Acesso: 5 jun. 2014.

SILVA, T. T.; CORREA, V. H. C. **A crise mundial dos alimentos e a vulnerabilidade dos países periféricos**. 2009. Disponível em:

<[http://www.unicamp.br/nepa/CriseAlimentosVersaofinal\\_17112009.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/CriseAlimentosVersaofinal_17112009.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Editora nacional/Editora da USP, 1968.

SQUEFF, G. C.; ARAÚJO, V. L. de. Trajetória da taxa de câmbio e heterogeneidade estrutural na indústria brasileira. Brasília: CEPAL/IPEA. **Texto para discussão**, nº 50, Brasília: IPEA, 2013.

SOUZA, F. L. de. (Org.). *BNDES 60 anos: Perspectivas setoriais*. v. 1. Rio de Janeiro: BNDES, 2012.

SOUZA, Joel José de. **O complexo de laticínios no Brasil: o caso da região Sul**. 2014. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

USDA. United States Department of Agriculture. **Market and trade data**. 2015. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psd-Query.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia Humana na USP, Universidade Federal de Santa Catarina –GCN, Rua Cap. Euclides de Castro, 265, apto 204- CEP: 88080-010 - Coqueiros- Florianópolis\_SC, email: [Carlos.espindola@ufsc.br](mailto:Carlos.espindola@ufsc.br)

<sup>2</sup> Barbosa (2013) explica que a política econômica (Lula e Dilma) foi marcada pela evolução dos termos de trocas internacionais do Brasil, redução da fragilidade da economia brasileira, expansão dos salários reais e redução da taxa de desemprego, inclusão social via programas sociais (bolsa família), aumento do volume de crédito, entre outros. Em contraposição, Paulani (2008) afirma que o governo Lula aprofundou a política econômica herdada de FHC como, por exemplo, as metas de inflação, as metas de superavit primário, a utilização do mecanismo de câmbio flutuante e a liberalização do movimento dos capitais. O governo Lula direcionou o país para a construção de “uma plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2008, p. 35). Essa linha de raciocínio também é defendida por Carcanholo (2010), pois os problemas estruturais e as armadilhas do processo de abertura e liberalização externa da economia brasileira mantiveram-se durante o governo Lula. O autor ressalta ainda que a melhora na economia brasileira foi “tudo fruto do cenário externo extremamente favorável” (CARCANHOLO, 2010, p. 122).

<sup>3</sup> O agronegócio é entendido “como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: da pesquisa e assistência técnica, do processamento, transporte e comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas e o consumidor final” (CONTINI et. al., 2006, p. 6). Nessa perspectiva, incluem-se os tipos de agronegócio em escala que se dedicam à produção de fibras, grãos e carnes, e os pequenos, dedicados à produção de frutas, olerícolas e produtos que exigem o primado da qualidade (GONÇALVES, 2004).

<sup>4</sup> As “múltiplas determinações” ampliam as possibilidades da análise, pois a realidade é fruto da relação dialética entre os aspectos naturais e humanos. Essas relações são estabelecidas em múltiplas escalas (mundial, nacional, regional e local), e permitem compreender um determinado objeto de estudo em um universo mais amplo.

<sup>5</sup> Tanto Singer (1968), como Castro (1980), entre outros autores, destacam a importância dos mercados do Sudeste para a pequena produção mercantil de origem alemã e italiana do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em contrapartida, Cano (1990) demonstra que a expansão da agricultura sulina não se deu em virtude do crescimento do mercado paulista, pois, no interior da fazenda de café, o imigrante desenvolveu uma agricultura produtora de alimentos e, em certos casos, uma pequena atividade criatória. Enquanto, o mercado paulista foi dinâmico para determinados produtos sulinos (cereais, cebola, manteiga e principalmente banha), a maior parte das exportações sulinas concentravam-se nos mercados do Nordeste e da Guanabara (CANO, 1990).

<sup>6</sup> Entre 1915 e 1929, vários produtos aumentaram o valor exportado. Dentre eles, destacam-se a madeira, que cresceu 22 vezes, a erva-mate treze vezes, o feijão oito, a banha cinco vezes (GOULARTI FILHO, 2007). Faz-se ainda necessário ressaltar que a política econômica adotada pós-

1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, impulsionou a industrialização e urbanização, e exigiu das diferentes economias regionais brasileiras, não atreladas ao café, uma maior oferta de bens agrícolas para o abastecimento do mercado interno.

<sup>7</sup> Salienta-se que os primeiros investimentos realizados no processo de beneficiamento de banha e de carne suína em Santa Catarina foram feitos nas regiões de colonização alemã, sob a liderança de capitais comerciais (Salinger e Cia. Jensen). No Sul do estado, as inversões realizaram-se por volta do final do século XIX e início do século XX. No Oeste catarinense, em 1939, a firma Ponzoni, Brandalise & Cia associou-se à firma Frey & Kellermann, para a criação da Sociedade de Banha Catarinense Ltda., e à fábrica de Produtos de Suínos & Cia. A nova atividade seria desenvolvida no pequeno abatedouro construído em 1925. Por sua vez, Attilio Fontana, em 1944, torna-se proprietário de um moinho e um frigorífico de suínos na cidade de Concórdia/SC (ESPÍNDOLA, 2002).

<sup>8</sup> Com esse projeto, dava-se início ao sistema de integração. O sistema de integração foi implantado em Concórdia, a partir dos anos 50, pela empresa Sadia, e disseminado para outras áreas do território catarinense pela Secretaria da Agricultura, Associações Rurais e agroindústrias. O sistema consiste em uma relação contratual entre a agroindústria e o produtor, em que a empresa garante a compra de toda a produção, fornecendo ao produtor a assistência técnica e parte dos insumos. A adoção do sistema de integração faz parte do projeto modernizante da agricultura, com o objetivo explícito de aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção, dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos. Isto é, aumento considerável da composição orgânica do capital (ESPÍNDOLA, 2002).

<sup>9</sup> A inovação, em matéria de política agrícola por parte do governo federal, surge após o golpe civil militar de 1964, com a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI), que reunia o Fundo de Democratização do Capital (FUNDECE), o Fundo de Financiamento à Importação de Bens de Produção (FIBEP) e o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (BELIK, 1992). Em termos de crédito rural do SNCR, destaca-se que, entre 1973-1980, o crédito cresceu 355% no estado de Santa Catarina, enquanto no Brasil cresceu apenas 16,09%. Do montante do crédito aplicado, 35% foram destinados à pecuária (suínos e aves) e o restante para lavouras de soja, milho, fumo, arroz e feijão. Entre 1969-1981, enquanto o valor do crédito de custeio para cultura de arroz subiu 2,9 vezes pulando de 1,6 milhões de cruzeiros para 5,0 milhões de cruzeiros, o crédito para cultura de feijão cresceu 84 vezes (ICEPA, 1982).

<sup>10</sup> Outras transformações ainda foram visíveis. Dentre elas, destacam-se: (1) a redução da população rural que, em 1960, representava 69% (1,4 milhão de pessoas) para 1,1 milhões de pessoas, em 2000; (2) o aumento da safra de grãos e da área plantada de diversas culturas (fumo, arroz, banana, alho, feijão, soja, milho, maçã, uva); (3) redução da área plantada, como a do trigo, por exemplo; (5) elevado crescimento da produtividade de algumas culturas, como o arroz, a soja, o fumo, o milho, e a redução da produtividade da cultura de feijão; (7) aumento considerável da composição orgânica do capital.

<sup>11</sup> Contribuíram para amenizar a crise dos anos 1980 a expansão do mercado norte-americano, o início da recuperação latino-americana e africana (após o colapso de 1982), a maturação de projetos oriundos do IIº PND e os estímulos da política cambial (CASTRO 1985, p. 25). De acordo com Rangel (1985, p. 66), “o esforço para a produção dos saldos, como bem observou o ex-ministro Delfim Neto, não deprimiu a economia e não o fez pela razão apontada pelo ministro, mas sim porque esse esforço traduziu-se em utilização de capacidade produtiva preexistente e ociosa”.

<sup>12</sup> Essas reestruturações foram objetos de pesquisas realizadas por Espíndola (2002), Mattei e Lins (2010), Fachinello; Santos Filho (2010).

<sup>13</sup> É importante ainda ressaltar o papel desempenhado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

<sup>14</sup> Conforme dados do IBGE, citado em ICEPA (2002). Contribuíram ainda para o bom desempenho da agropecuária catarinense o crescimento das exportações brasileiras nos anos de 1990, que cresceram, em média, entre 1990-1999, 3,68%, apesar de estar abaixo da média mundial, de 6,6%. Contudo, cabe ressaltar que a abertura comercial, juntamente com a sobrevalorização cambial, favoreceu o crescimento das importações num ritmo acelerado ao longo da década de 90. Entre 1994-1999, as importações cresceram 48,4%, superiores aos 33% das importações mundiais; enquanto as exportações brasileiras tiveram um crescimento de apenas 10,3%. O saldo da balança comercial brasileira, que apresentava um superávit de US\$ 10,4 bilhões, em 1994, entra em trajetória declinante com déficit de US\$ 3,3 bilhões, em 1995, e US\$ 6,6 bilhões, em 1998 (ESPÍNDOLA, 2014).

---

<sup>15</sup> A economia brasileira, em 2002, teve um crescimento do PIB de 1,52%. Nos últimos cinco anos (1998-2002), teve um aumento médio anual de 1,63%. Cabe destacar que o início do governo de Luis Ignácio Lula da Silva, em 2003, apresentou uma queda do PIB, uma redução da renda média, aumento do desemprego e redução dos investimentos.

<sup>16</sup> As políticas de incentivo às exportações, combinadas com as desvalorizações cambiais (iniciada em 1999) e a elevada demanda mundial, ampliaram as exportações brasileiras, que cresceram de US\$ 96,7 bilhões, em 2004, para US\$ 256 bilhões em 2011. O saldo da balança comercial brasileira quase dobrou em contraposição aos déficits comerciais durante os primeiros anos de FHC. Entre 2003-2006, o saldo da balança comercial subiu de US\$ 24 bilhões para US\$ 46 bilhões. Com a valorização do Real pós-2005, as importações passaram a crescer em índices percentuais maiores que as exportações, e, como resultado, os superávits comerciais começaram a diminuir gradativamente, alcançando a casa dos US\$ 20 bilhões em 2010 (ESPÍNDOLA, 2014).

<sup>17</sup> O declínio da produção catarinense de feijão já vem ocorrendo desde meados dos anos de 1990. A média da produção de 2003 a 2011 é de 166,8 mil toneladas em uma área que gradativamente vem reduzindo-se. Entre 2003-2011, essa cultura teve uma diminuição de 49 mil hectares de área plantada. Três fatores contribuem para redução da produção e da área plantada. Enquanto, o primeiro fator decorre das adversidades climáticas, que resulta em perda de qualidade e de produtividade dos grãos, segundo refere-se à estabilidade do consumo desse tipo de alimento e o terceiro em virtude do aumento da produção dos demais estados produtores (ICEPA, 2013). O Paraná, por exemplo, aumentou a sua produção de 707 mil toneladas, em 2003, para 815 mil toneladas, em 2011. Esse aumento também foi verificado no estado de Minas Gerais e Goiás (ICEPA, 2003 e 2013). Cabe ainda destacar que, quanto maior for a renda média da população, maior é o consumo de produtos de maior elasticidade renda. Em contrapartida, diminui o consumo de produtos com menor elasticidade renda (feijão, por exemplo). Conforme anuário da ABIA (2014), em 2005, enquanto a população brasileira era de 182 milhões de habitantes, 34% desse total concentravam-se no extrato de renda da classe c; em 2011, com um total de 190,7 milhões de habitantes, 54% concentravam-se nesse extrato. Em contrapartida, a população que se concentrava no extrato de classe de renda d/e reduziu-se de 51% para 24%, no mesmo período. Ainda com base no anuário ABIA (2014), nos últimos trinta anos, houve uma mudança significativa no hábito de consumo alimentar brasileiro, pois enquanto em 1980 44% eram de produtos in natura, em 2012 esse percentual decaiu para 20%. Em contrapartida, aumenta o consumo de produtos industrializados.

<sup>18</sup> A produção de alho no estado de Santa Catarina vem perdendo espaço do ponto de vista da produção e da área plantada em razão de os preços recebidos pelos produtores serem baixos, da dificuldade de comercialização, da baixa qualidade do produto e das elevadas importações. Entre 2003-2011, as importações de alho subiram de 91.565 toneladas para 162.236 toneladas, em 2011. Em 2011, o alho importado foi responsável por 58,94% do abastecimento nacional. Somente a China ofertou 36,22% do nosso consumo, seguida da Argentina com 21,80% (ICEPA, 2012).

<sup>19</sup> A crise financeira internacional teve início em meados de 2007 com a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos (GONÇALVES, 2008). Em meados de 2008, ela se intensificou com a falência do Banco Lehman Brothers. Diante da crise, o governo brasileiro adotou medidas (aumento das linhas de créditos e da redução da taxa de juros) e programas sociais (Minha Casa Minha Vida) para estimular a demanda interna.

<sup>20</sup> A redução da participação decorre da falta de matéria-prima (milho) para compor as rações, fechamento de unidade industrial Marfrig/Seara de Jaraguá do Sul, crescimento da produção de outros estados. Em 1972, enquanto São Paulo respondia por mais de 50% do abate de frango no Brasil, o Rio Grande do Sul participava com 5,7% do total, contra 4,9% de Santa Catarina e 2,9% do Paraná. Em 2013, São Paulo participou com apenas 10,9%, e o Paraná subiu para 31,12%, contra 16,6% de Santa Catarina e 14,5% do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que a perda de participação do estado de São Paulo deriva, entre outros fatores, da resistência na adoção do sistema de integração e dos problemas referentes ao abastecimento de milho. Chama ainda a atenção, o crescimento do número de animais abatidos em Goiás e no Mato Grosso. Em 2001, enquanto o Mato Grosso participava com 1,7% do abate nacional, Goiás representava 2,6%. Em 2012, Goiás subiu sua participação para 6,1%, enquanto o Mato Grosso ampliou sua participação para 4,9% (AVISITE, 2012). O crescimento do número de abates nesses estados, juntamente com Paraná e Rio Grande do Sul, decorreu dos grandes investimentos realizados nos anos de 1980, 1990 e 2000, pelas grandes empresas sediadas em Santa Catarina e os outros novos empreendimentos (ESPÍNDOLA, 2002).

<sup>21</sup> O ano de 2008 foi excepcional para o agronegócio brasileiro. As exportações alcançaram a marca histórica de US\$ 66,6 bilhões, um acréscimo de US\$ 13,7 bilhões em relação ao ano de 2007. O superavit da balança comercial do agronegócio também registrou recorde, alcançando a cifra de US\$

56,8 bilhões. O bom desempenho das exportações em 2008 foi resultado do aumento da receita com a venda dos agronegócios da soja que registrou crescimento de 57,9%; dos agronegócios de carnes, 29%; do agronegócio de café, 22%; do agronegócio do fumo 22%; do agronegócio sucroalcooleiro, 18% e do agronegócio de produtos florestais, 6% (ICEPA, 2009). Os agronegócios de carnes e grãos transformaram o Brasil em um dos *players* do mercado mundial de alimentos. Entre 2000 e 2014, enquanto as exportações de carne suína cresceram de 162 mil toneladas para 556 mil, as exportações de carne bovina cresceram de 356 mil toneladas para 1,5 milhão, contra um aumento de 916 mil para 3,9 milhões de toneladas de carne de frango. Já as exportações de soja cresceram de 28 milhões de toneladas, em 2001, para 48 milhões, em 2014. Assim sendo, o Brasil detém 33,38% do total das exportações mundiais de carne de frango, 19,9%, de carne bovina, 40%, de soja em grãos, 8%, de farelo de soja, 19%, de óleo de soja e 8,1%, de carne suína (USDA, 2015)

<sup>22</sup> Entre 2003-2010, as exportações totais catarinenses dobraram com uma taxa média de crescimento anual de 10,8%. Contudo, entre 2003-2014, enquanto as exportações catarinenses subiram de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 8,9 bilhões, as importações cresceram de US\$ 993 milhões para US\$ 16 bilhões, resultando em saldo negativo de US\$ 7,0 bilhões, em 2014. Ressalta-se que, apesar de os produtos manufaturados ainda constituírem a maior parte dos produtos exportados pelo Estado (51,9%), nos últimos anos, ocorreu importante crescimento das exportações de produtos básicos. Em 2001, a exportação catarinense de produtos básicos representava 33% do total exportado pelo Estado; já em 2011, essa participação passou a ser de 45% (BRASIL, 2015b). Além do crescimento das exportações de produtos básicos, nos últimos anos vem ocorrendo “uma perigosa deterioração das relações comerciais de Santa Catarina com o mundo” (MAMIGONIAN, 2011, p. 464). A participação das exportações catarinenses no total da exportação brasileira, que era de 5,1%, em 2001 (5º maior exportador brasileiro), reduziu para 3,54%, em 2011 (10ª posição no *ranking* dos estados exportadores). Essa queda de participação deriva do aumento das exportações de minério de ferro (Espírito Santo e Pará), Soja (Mato Grosso) e produtos químicos e celulose (Bahia). Tal desempenho tem afetado a evolução do PIB, pois, a partir de 2006, as taxas de crescimento catarinense foram menores do que a brasileira. Nos anos de 2008, 2009 e 2010, os percentuais de Santa Catarina foram 22,4%; 22,1% e 28,2%, respectivamente, em relação ao valor de 2002. Enquanto os valores acrescidos, em termos relativos, do Brasil foram 26,5%; 26,1% e 34,7%, respectivamente (FEPESE, 2012).

<sup>23</sup> Apesar de o Brasil ser um grande exportador no agronegócio de carnes, suas exportações estão constantemente sujeitas a restrições de ordem tarifária e não tarifária. Nas exportações de carne suína, países, como Japão e México, não compram o produto brasileiro, por conta da febre aftosa e do mal de Aujeszky. Já a União Europeia não reconhece as áreas livres de doenças nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e a Ásia não compra por causa das restrições fitossanitárias (ESPÍNDOLA, 2014). Nas exportações de carne de frango, enquanto a União Europeia impõe diversas barreiras, a Rússia estabelece novas cotas de importações, e os EUA vendem o frango no mercado internacional abaixo do preço estabelecido. Na pauta exportadora, os principais produtos dos agronegócios são os de carne (frango e suíno), juntamente com os de soja, os de fumo e os da madeira. Entretanto, o agronegócio catarinense vem perdendo participação no mercado internacional para outros estados concorrentes. No agronegócio de carne suína, apesar de Santa Catarina, conjuntamente com o Rio Grande do Sul, concentrarem 60% de toda a carne exportada pelo Brasil, existe uma nova dinâmica de participação dos estados brasileiros na divisão internacional do trabalho do agronegócio de carne suína. Entre 2000 e 2014, enquanto a exportação do estado de Santa Catarina cresceu de 174 mil para 182 mil toneladas, as exportações do Rio Grande do Sul cresceram de 38 mil para 147 mil toneladas. Chama a atenção o fato de que, em 2014, o estado de Goiás não participava das exportações de carne suína, porém em 2014 passou a participar com 47 mil toneladas. Esse crescimento foi igualmente verificado em Minas Gerais, que aumentou sua participação de 0,6 mil para 42 mil toneladas, no mesmo período (BRASIL, 2015a).

<sup>24</sup> No entendimento de Kupfer e Rocha (2005), quando a taxa de câmbio é sobrevalorizada, os setores intensivos em insumos e equipamentos importados tendem a operar com custos menores, resultando, dessa forma, no aumento da produtividade. Já setores que competem com a produção estrangeira tendem a beneficiar-se das desvalorizações cambiais. Souza (2012) ressalta que a influência negativa do câmbio sobrevalorizado na economia é praticamente nula nos setores nos quais o Brasil avança em produtividade e competitividade. Em estudo realizado sobre a relação existente entre heterogeneidade da indústria brasileira e taxa de câmbio, Squeff e Araújo (2013) concluíram que os setores de mais alta produtividade são os que mais se beneficiam com a valorização cambial. Em contrapartida, a apreciação do câmbio é prejudicial para os setores menos produtivos, como alimentos e bebidas, têxtil, madeira, calçados e couro, vestuário.

---

<sup>25</sup>A crise hipotecária americana, em 2007, promoveu uma fuga de capitais para aplicações em mercados internacionais de *commodities*. Conforme Serigati (2013), o excesso de dólares despejados nos mercados, pelos Bancos Centrais dos países desenvolvidos, para salvar seus sistemas financeiros, promoveu a migração de recursos para ativos como as *commodities*. A perda do valor do dólar (em virtude da quantidade ofertada) forçou o reajuste dos preços de todos os bens mensurados por essa moeda. Outros fatores ainda explicam a elevação dos preços. Dentre eles, destacam-se: (1) os efeitos climáticos a partir de 2002, com o *El niño*, que afetou alguns produtos, como café, soja e açúcar (PRATES, 2007); e (2) a necessidade de reajustes dos preços das *commodities* por causa da elevação dos custos produtivos (BLACK, 2013). Segundo Jank (2013), recentemente, verificou-se uma queda dos preços dos produtos do agronegócio em 30%, mas o volume exportado cresceu 40% e com tendência ao crescimento, em virtude do aumento da população e da renda *per capita*. Ainda consoante o autor, a queda dos preços em dólares pode ser neutralizada pelas desvalorizações e pelas relações de troca entre insumos e produtos. Em 2016, o aumento do preço do milho, puxada pela demanda mundial e pela desvalorização cambial, está afetando as exportações de aves e suínos.

<sup>26</sup> Ainda que o mercado doméstico chinês seja essencialmente abastecido pela sua produção, as importações do agronegócio de carnes vêm crescendo. As importações de carne suína, por exemplo, cresceram de 65 mil toneladas, em 2000, para 761 mil, em 2014. As importações originaram-se, sobretudo, dos EUA (32,9%), da Alemanha (19,12%) e da Espanha (12,1%). Já as importações de carne bovina cresceram de 16 mil toneladas para 417 mil. A Austrália é responsável por 50% desse total, seguida pelo Uruguai com 21,5%. Em contrapartida, as importações de carne de frango diminuíram de 588 mil toneladas para 260 mil, no mesmo período (USDA, 2015).